

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

PROJETO DE LEI Nº 1.728, DE 2024

Altera a redação do art. 4º da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para vedar a construção de habitações em áreas de riscos climáticos.

Autor: Deputado GERVÁSIO MAIA

Relator: Deputado TONINHO
WANDSCHEER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.728, de 2024, do Deputado Gervásio Maia, propõe a modificação do inciso V do art. 4º da Lei nº 14.620/2023, que disciplina o Programa Minha Casa, Minha Vida. A alteração visa explicitar a vedação à construção de habitações em áreas de risco climático, com base em mapeamentos oficiais realizados pelos órgãos competentes.

A proposição foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), para análise de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do inciso I do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), para análise de constitucionalidade e de juridicidade. O PL está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, do RICD) e, sem apensados, tramita em regime ordinário (art. 151, III, do RICD). Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas no âmbito da CDU.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), o Projeto de Lei nº 1.728, de 2024, do Deputado Gervásio Maia, que propõe a modificação do inciso V do art. 4º da Lei nº 14.620/2023, que disciplina o Programa Minha Casa, Minha Vida. A alteração visa explicitar a vedação à construção de habitações em áreas de risco climático, com base em mapeamentos oficiais realizados pelos órgãos competentes.

Entendemos que, por conta da sensibilidade social do Deputado Gervásio Maia, o PL apresenta texto meritório e que se encontra em consonância com os princípios e diretrizes da Constituição da República de 1988, especialmente com os dispositivos do art. 6º, que reconhece a moradia como direito social, e do art. 182, que trata da política de desenvolvimento urbano, a qual deve garantir o bem-estar dos habitantes e o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

No contexto contemporâneo, os eventos climáticos extremos — como enchentes, deslizamentos e alagamentos — tornaram-se mais frequentes e intensos. Esses eventos têm causado perdas humanas e materiais significativas, particularmente em comunidades vulneráveis. A experiência brasileira recente, em diversos estados da federação, tem demonstrado a urgência de medidas preventivas na formulação de políticas habitacionais.

O projeto coaduna-se ainda com os objetivos do Programa Minha Casa, Minha Vida, previstos na Lei nº 14.620/2023, especialmente no que diz respeito à prevenção de riscos de desastres e à promoção da sustentabilidade urbana.

Ao condicionar a construção de habitações à exclusão de áreas de risco climático, conforme mapeamento técnico, a proposta fortalece a racionalidade técnica e a segurança jurídica das ações habitacionais, promovendo melhor planejamento urbano e resiliência ambiental.

Diante do exposto, fazendo menção de honra à sensibilidade social do autor da proposição, o nobre Deputado Gervásio Maia, voto pela



aprovação do Projeto de Lei nº 1.728, de 2024, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado TONINHO WANDSCHEER
Relator

2025-5458

